

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ 12.264.857/0001-06

GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. "SH2", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A SH2 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida, quando comercializados pelos Canais *Affinity*.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante		1.720	12.700	Circulante		48	2.270
Disponível		76	2.870	Contas a pagar		48	2.270
Caixa e equivalentes de caixa	5	76	2.870	Obrigações a pagar		2	26
Aplicações	6	1.003	7.650	Impostos e encargos sociais a recolher		46	4
Títulos e créditos a receber		641	2.180	Impostos e contribuições			2.240
Créditos a receber		1	—	Patrimônio líquido	8	2.684.905	2.301.459
Créditos tributários e previdenciários	10b	640	2.180	Capital social		1.968.380	1.968.380
Ativo não circulante		2.683.233	2.291.029	Reservas de capital		261.343	261.343
Títulos e créditos a receber		270	—	Reserva de lucros		464.123	70.397
Créditos a receber		5	—	Ajustes de avaliação patrimonial		(8.941)	1.339
Créditos tributários e previdenciários	10b	265	—				
Investimentos	7	2.682.963	2.291.029				
Participações em empresas controladas		2.682.963	2.291.029				
Total do ativo		2.684.953	2.303.729	Total do passivo		2.684.953	2.303.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2011	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Reserva de investimentos			
Reversão de destinação lucros 2011 - AGO de 30 de março de 2012		—	—	—	3.992	—	—	3.992
Aumento de capital deliberado em AGE de 24 de setembro de 2012	150.000	—	—	—	—	—	—	150.000
Títulos e valores mobiliários (controladas)	—	—	—	—	—	(1.457)	—	(1.457)
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 5 de julho de 2012	—	(44.783)	—	(12.337)	—	—	—	(57.120)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	213.752	213.752
Proposta para distribuição do resultado:								
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 3 de agosto de 2012	—	—	—	—	—	—	(57.870)	(57.870)
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 24 de setembro de 2012	—	(300)	—	—	—	—	(57.401)	(57.701)
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 5 de outubro de 2012	—	(93.574)	—	—	—	—	(22.897)	(116.471)
Reserva legal	—	—	10.687	—	—	—	(10.687)	—
Reserva de lucros	—	—	—	64.897	—	—	(64.897)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.968.380	261.343	13.845	56.552	56.552	1.339	—	2.301.459
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 26 de junho de 2013	—	—	—	(56.552)	—	—	—	—
Títulos e valores mobiliários (controladas)	—	—	—	—	—	(10.280)	—	(10.280)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	393.726	393.726
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	—	—	19.686	—	—	—	(19.686)	—
Reserva de investimentos	—	—	—	—	374.040	—	(374.040)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.968.380	261.343	33.531	430.592	—	(8.941)	—	2.684.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), anteriormente denominada Volda Participações Ltda., é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos Canais *Affinity*. Entende-se por Canais *Affinity* todos e quaisquer canais de distribuição destinados a vendas de seguros para clientes finais vinculados a pessoas jurídicas (clientes ou não do Banco do Brasil), incluindo, mas sem se limitar a cooperativas, instituições financeiras, redes varejistas e companhias de serviços públicos. A SH2 está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 16º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.264.857/0001-06. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE (doravante designado Grupo Segurador BB MAPFRE), representado por duas Sociedades *Holdings*: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural; e b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais *affinity*. Nessa Companhia os valores da referida associação foram registrados a custo histórico. A SH2 possui governança formada por Presidente e Diretoria, sendo que decisões consideradas significativas, como mudanças de planos de negócios, novas parcerias com outras empresas e captações no mercado devem ser remetidas ao acordo dos acionistas firmado entre MAPFRE e Banco do Brasil. Nesse contexto, conforme previsto no ICPC 09 - R1 Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, em seu artigo 44, essa sociedade *holding* enquadra-se como entidade veículo e, portanto, todos os registros contábeis, a valor justo, relativos à associação da MAPFRE com o Banco do Brasil, foram efetuados na controladora final, MAPFRE Brasil Participações S.A.. Visando à simplificação do modelo operacional e da estrutura societária do Grupo Segurador BB MAPFRE, em Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total da controlada Aliança Rev Participações S.A. (doravante designada por "Aliança Rev"), com a versão de seu acervo líquido cindido à SH2 e à Brasilveículos

A Sociedade foi criada em 30 de junho de 2011, quando se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. A Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012 deliberou, entre outros assuntos, a cisão total da controlada Aliança Rev Participações S.A., com a versão de seu acervo líquido cindido à SH2 e à Brasilveículos Companhia de Seguros, com sua consequente extinção. A partir dessa operação, a SH2 passou a controlar diretamente as seguradoras MAPFRE Seguros Gerais S.A., Aliança do Brasil Seguros S.A. e Brasilveículos Companhia de Seguros e, indiretamente, a seguradora MAPFRE Affinity Seguradora S.A. e a empresa BB MAPFRE Assistência S.A.. Em 2013 a SH2 apresentou lucro líquido de R\$ 393,7 milhões, 84,2% superior a 2012, obtido substancialmente

da equivalência patrimonial de suas controladas. Os prêmios emitidos por estas Seguradoras totalizaram R\$ 7.793,7 milhões, 17% acima dos registrados em 2012, consolidando o posicionamento de destaque nos segmentamentos em que atuam.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2013	2012
Receitas operacionais		394.333	209.526
Resultado de equivalência em investimentos em controladas	7	394.333	209.526
Outras receitas e (despesas) operacionais		(872)	6.406
(+) Resultado financeiro	9b	790	8.583
(-) Despesas administrativas	9a	(1.662)	(2.177)
(=) Resultado operacional		393.461	215.932
(=) Resultado antes dos impostos e participações		393.461	215.932
(-) Imposto de renda	10	195	(1.597)
(-) Contribuição social	10	70	(583)
(=) Lucro líquido		393.726	213.752
(/) Quantidade de ações		1.506.786.466	1.505.043.416
(=) Lucro líquido por ação - em Reais		0,26	0,14
Ações ordinárias		753.393.233	752.521.708
Ações preferencias classe "A"		384.230.549	383.786.072
Ações preferencias classe "B"		369.162.684	368.735.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	393.726	213.752
Outros resultados abrangentes	(10.280)	(1.457)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(17.133)	(2.428)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	6.853	971
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	383.446	212.295
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas:		
MAPFRE Brasil Participações S.A.	191.723	106.126
BB Seguros Participações S.A.	191.723	106.169

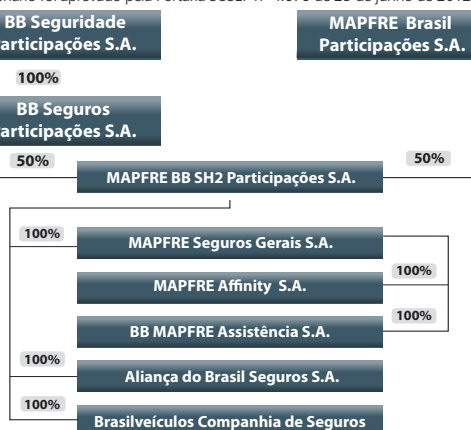
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		393.726	213.752
Ajuste por:		(404.613)	(150.991)
Dividendos prioritários propostos		—	59.992
Títulos e valores mobiliários (controladas)		(10.280)	(1.457)
Equivalência patrimonial	7	(394.333)	(209.526)
Lucro líquido ajustado		(10.887)	62.761
Variação nas contas patrimoniais:		5.694	26.858
Aplicações		6.647	40.074
Créditos tributários e previdenciários		1.275	(1.933)
Outros ativos		(6)	59.565
Obrigações a pagar		(24)	(68.311)
Impostos e contribuições		(2.198)	(2.537)
Caixa líquido usado/proveniente das atividades operacionais		(5.193)	89.619
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos e outras operações com controladas		2.399	(18.679)
Caixa líquido proveniente/(usado) nas atividades de investimento		2.399	(18.679)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital - moeda corrente nacional		—	150.000
Dividendos pagos		—	(345.162)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		—	(195.162)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(2.794)	(124.222)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.870	127.092
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		76	2.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com observância às práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, haja vista as controladas da SH2 serem Seguradoras. A MAPFRE Brasil Participações S.A., controlador em última instância, dispensou a apresentação das demonstrações financeiras da SH2 de forma consolidada com as suas controladas, em conformidade com o item 10 da Resolução CFC nº 1.240/09, que aprovou a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas, em virtude dos seguintes fatores: (a) Não há objeção do acionista quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (b) A SH2 não possui instrumentos de dívida patrimonial negociados no mercado aberto; (c) A SH2 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e (d) A controladora final da SH2, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2014. b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2012, conforme disposições do CPC nº 21 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. c) Continuidade: A Administração considera que a SH2 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. e) Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. f) Uso de estimativas e julgamentos: Nas demonstrações financeiras foram registrados determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, estabelecida a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos e despesas, em consonância às normas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que o uso de premissas são revisadas e em qualquer período futuro afetado. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 3b - Instrumentos financeiros; Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social. g) Segregação entre circulante e não circulante: A SH2 efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendidas as seguintes premissas: Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela seguradora: As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A SH2 considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade mediada em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. b) Instrumentos financeiros: A SH2 classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento, iii. ativos financeiros disponíveis para venda e iv. empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A SH2 gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ou valor recuperável. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mantidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ou valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém, não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incididos, na rubrica "Receitas ou despesas financeiras". A SH2 possui contratos de recebíveis líquidos e outros créditos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança por diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a SH2 reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Não existem ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a SH2 e as controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a SH2. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela SH2 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a SH2 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da SH2 em suas controladas. A SH2 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ou valor recuperável. Se assim for, a SH2 calcula o montante da perda por redução ou valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. e) Passivos financeiros: Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas a pagar o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. f) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a SH2 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. g) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% sobre os valores que ultrapassarem R\$ 240 no exercício de 2012 e 2011. A alíquota de 15% é calculada a alíquota de 9%. Os créditos tributários são constituídos pela aplicação das alíquotas de tributos sobre suas respectivas bases tributárias não observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 1.189/2009, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC T 19.2 (CPC 32-Tributos Sobre Lucros), e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As disponibilidades e aplicações financeiras são realizadas com suas partes relacionadas (BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) as quais desenvolvem suas atividades conforme as políticas estabelecidas pelo Grupo Segurador BB e MAPFRE. A Companhia através de suas investidas apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de mercado, Risco de liquidez e Risco operacional. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contra parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a Companhia está sujeita para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras. Risco de mercado: é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de liquidez: representa o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seu passivo financeiro. Os principais riscos financeiros estão relacionados às obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infra-estrutura da empresa e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. ("SH2"), sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras - SH2, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, com ressalva recorrente em virtude da constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas. São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

Luiz Roberto Castiglione Presidente

Adilson do Nascimento Anísio Conselheiro

Mauro Cesar Batista Conselheiro

Gueteiro Matsuo Gensso Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder, MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Tem alcance da atuação sobre as seguintes empresas: Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasielculos Companhia de Seguros, MAPFRE Affinity Seguradora S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A.. O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas. O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos Auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises. O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder, MAPFRE BB SH2 Participações S.A., em cumprimento às disposições constantes da Resolução CNSP nº 118/04. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de julho a dezembro de 2013, fez diligências e recebeu documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. A partir de 01 de outubro de 2013 o Sr. José Danúbio Rozo passou a compor o Comitê de Auditoria, em substituição ao Sr. Egídio Otmar Ames, tendo sido eleito o Sr. Ilenor Elear Zingler para assumir a coordenação. a) Sistema de Controles Internos: Em 2013, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos ao gerenciamento de riscos e controles. Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos das companhias abrangidas. Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas. Auditoria Independente: O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. Auditoria Interna: O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados. Canal de Comunicação: O Comitê de Auditoria acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia. Apreciação melhorias para melhor atender à determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução

de Auditoria, em substituição ao Sr. Egídio Otmar Ames, tendo sido eleito o Sr. Ilenor Elear Zingler para assumir a coordenação. a) Sistema de Controles Internos: Em 2013, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos ao gerenciamento de riscos e controles. Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos das companhias abrangidas. Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas. Auditoria Independente: O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. Auditoria Interna: O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados. Canal de Comunicação: O Comitê de Auditoria acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia. Apreciação melhorias para melhor atender à determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução

CNSP nº 118/04. O Comitê tomou ciência das ocorrências relatadas e, após analisar os fatos e as informações adotadas pela Administração, deliberou quanto à sua procedência a serem adotadas. Demonstrações Financeiras: Ao longo do exercício de 2013, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foi também examinado o resumo das principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., da Brasielculos Companhia de Seguros, da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., da MAPFRE Seguros Gerais S.A., da BB MAPFRE Assistência S.A. e da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, inclusive notas explicativas, relatório da Administração e da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. desta data, concluindo que, ponderada a manifestação do Auditor Independente relativa aos registros da PCR, tais documentos estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis. São Paulo (SP), 20 de fevereiro de 2014. Ilenor Elear Zingler Coordenador José Danúbio Rozo Membro Titular Wilson Alves Feitosa Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. São Paulo, 20 de fevereiro de 2014. Ernst & Young Auditores Independentes S.S. CRC-25P015199/O-6 Patricia da Paula da Silva Paz Contadora CRC-15P198827/O-3 Leandro Galczyk Uzzi de Oliveira Contador CRC-15P232769/O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Osmar Fernandes Dias - Presidente Wilson Toneto - Vice-Presidente

Aldemir Bendine - Conselheiro Andrés Jiménez Herradon - Conselheiro José Ramón Tomás Forés - Conselheiro

Marcelo Estrela Fiche - Conselheiro Marcos Eduardo dos Santos Ferreira - Conselheiro Thomas Timothy Traumann - Conselheiro

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Diretor Presidente

Roberto Barroso Diretor Vice-Presidente

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves CRC 15P183717/O-5

MAPFRE BB SH2 Participações S.A. - CNPJ nº 12.264.857/0001-06

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. Adicionalmente, o Comitê Financeiro efetua acompanhamentos periódicos com intuito de avaliar a necessidade de eventuais ajustes no processo de gerenciamento de risco. O gerenciamento de riscos das operações de instrumentos financeiros e contratos de seguros estão sendo divulgados nas demonstrações financeiras das controladas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia não possui saldo de caixa em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 70 em 2012). O saldo das operações compromissadas em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 76 (R\$ 2.800 em 2012).

6. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito no total das demonstrações financeiras está apresentada abaixo: a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

Table with columns: Descrição, Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, Fundos exclusivos, Letras financeiras do tesouro (LFT), Letras do tesouro nacional (LTN), Total. Rows for 2013 and 2012.

7. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Movimentações em controladas

Table with columns: Empresa, Capital social do exercício, Resultado do exercício, Patrimônio líquido ajustado para equivalência patrimonial (1), Participação (%), Número em espécie de ações, Valor contábil, Dividendos de 31/12/2011, Aumento de capital, Equivalência patrimonial, Variação de ajustes de avaliação patrimonial - Valor contábil, Cisão/ Incorporação, Valor contábil 31/12/2012.

(1) As informações referem-se ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013. (2) Empresa cindida conforme nota 12.

b) Informações financeiras resumidas das investidas, não ajustadas pelo percentual de participação da SH2 em 31 de dezembro de 2013

Table with columns: Empresa, Ativo total, Passivo total, Capital social, Patrimônio líquido ajustado, Prêmios ganhos do exercício, Resultado do exercício.

c) Redução ao valor recuperável do ágio: A SH2 realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 para o ágio registrando o total de R\$ 155.725, somente na empresa Brasielculos Cia. Seguros S.A., que foram consideradas como unidades geradoras de caixa, e segmentos operacionais que divulgam informações, considerou entre outros fatores, a relação entre o resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. Unidade Geradora de Caixa: O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A apuração desse valor também é determinada com base no cálculo do valor justo do ativo, em vista das projeções do fluxo de caixa a partir de estimativas financeiras aprovadas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. Principais premissas utilizadas no teste de imparidade: O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas: Prêmios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas; Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho do Grupo Segurador. Taxa de desconto: Projeção da rentabilidade de 100% da Selic. Taxa de desconto: O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (Capital Asset Pricing Model), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior. Sensibilidade a mudanças nas premissas: As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, resultaria em prejuízo para a qual operação. Taxas de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos resultaria em um maior comprometimento.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.968.380 (R\$ 1.968.380 em 2012) e está representado por 1.506.786.466 ações nominativas e sem valor nominal (1.505.043.416.548 em 2012), das quais 753.393.233 (752.521.708 em 2012) são ações ordinárias, 384.230.549 (383.786.072 em 2012) são ações preferenciais classe "A" e 369.162.684 (368.735.636 em 2012) são ações preferenciais classe "B". b) Dividendos e remunerações aos acionistas: A acionista MAPFRE Brasil Participações S.A., detentora das ações preferenciais classe "B", são assegurados dividendos prioritários fixos cumulativos, a serem distribuídos à conta de lucros, à razão de 80% sobre o montante registrado como reserva de capital, enquanto houver. Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Para o exercício de 2013 a Administração não teve intenção de propor distribuição de dividendos. c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. d) Reserva de investimentos: Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de Lucros, é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. e) Ajustes de avaliação patrimonial: Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, computando-se a variação decorrente do ajuste do valor de mercado no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, oriundo da Aliança do Brasil Seguros, Brasielculos Companhia de Seguros e MAPFRE Seguros Gerais S.A. f) Distribuição de resultados: Para o resultado do exercício de 2012, a Administração propôs as seguintes distribuições:

Table with columns: Descrição, 2012, 2011. Rows for Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal (5%), Lucro líquido ajustado, Dividendos mínimos obrigatórios (25%), Adicional dividendos mínimos prioritário, Total de dividendos distribuídos, Distribuição dos dividendos, Dividendos distribuídos para as ações preferencias classe "A", Dividendos distribuídos para as ações preferencias classe "B", Quantidade de ações, Ações preferencias classe "A", Ações preferencias classe "B", Dividendos distribuídos por ação, Ações preferencias classe "A", Ações preferencias classe "B".

9. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Table with columns: Descrição, 2013, 2012. Rows for Despesas administrativas, Pessoal próprio, Serviços de terceiros, Localização e funcionamento, Lucros por tributos, Outras despesas administrativas, Resultado financeiro, Receitas Financeiras, Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, Outras receitas.

Table with columns: Descrição, Saldos em 31/12/2011, Aplicações, Resgates, Rendimentos/atualizações, Despesas/atualizações, Saldos em 31/12/2012. Rows for Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, Fundos exclusivos, Letras financeiras do tesouro (LFT), Letras financeiras (LF), Letras do tesouro nacional (LTN), Total.

Table with columns: Descrição, Saldos em 31/12/2011, Aplicações, Resgates, Rendimentos/atualizações, Despesas/atualizações, Saldos em 31/12/2012. Rows for 31 de dezembro de 2013, Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, Fundos exclusivos, Letras financeiras do tesouro (LFT), Total.

Table with columns: Descrição, Saldos em 31/12/2012, Aplicações, Resgates, Rendimentos/atualizações, Despesas/atualizações, Saldos em 31/12/2013. Rows for Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, Fundos exclusivos, Letras financeiras do tesouro (LFT), Letras do tesouro nacional (LTN), Total.

Table with columns: Empresa, Capital social do exercício, Resultado do exercício, Patrimônio líquido ajustado para equivalência patrimonial (1), Participação (%), Número em espécie de ações, Valor contábil, Dividendos de 31/12/2011, Aumento de capital, Equivalência patrimonial, Variação de ajustes de avaliação patrimonial - Valor contábil, Cisão/ Incorporação, Valor contábil 31/12/2012.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados não registradas pelo valor atualizado pelo critério "pro rata-die", com base na variação dos respectivos valores de resgate, ratificados e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, praticadas por conta de renda a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

Table with columns: Descrição, 2013, 2012. Rows for Lucro contábil antes dos impostos e após participações, Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 9%, Resultado de participação em controladas, Diferenças permanentes, Imposto de renda e contribuição social correntes, Despesa/receita de imposto de renda e contribuição social.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar: O imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a compensar e a variação no exercício referem-se a:

Table with columns: Ativo, Balanço patrimonial, Resultado, 2013, 2012, Variação. Rows for Tributos a compensar, Total circulante, Projeízo fiscal, Base Negativa, Total não circulante.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A Administração identificou como partes relacionadas à SH2, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores em 2013 e 2012 foram os seguintes:

Table with columns: Descrição, 2013, 2012. Rows for Proventos, Antecipações de rendimentos e outras vantagens, Relação a preços e taxas contratadas.

12. CISÃO E INCORPORAÇÃO

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2012 foram aprovados o Protocolo de Cisão e seu respectivo laudo de avaliação, relativos à operação de cisão total da Aliança REV, refletindo na transferência dos controles acionários das seguradoras Brasielculos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A., passando a serem controladas diretamente pela SH2. O laudo de avaliação foi elaborado na data base de 31 de outubro de 2012 e apresentou o seguinte valor de patrimônio cindido e vertido para os correspondentes empresas:

Table with columns: Descrição, Saldos em 31/10/2012, Acervo líquido - acervo BV, Incorporação reversa. Rows for Aliança REV Participações S.A., Ativo circulante, Investimentos, ABS, Marcação a mercado ABS, BV, Marcação a mercado BV, Ágio BV, PMPL, Total do ativo, Passivo circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Medida Provisória nº 627: Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação da contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A SH2 preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na desta conclusão. A SH2 aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.